

Jurista diz que contrato precário é irregular

A contratação de docentes, durante vários anos, fora do âmbito do regime estatutário ou da CLT é irregular na avaliação do professor Amaury Mascaro Nascimento (*foto*), Titular aposentado da USP e um dos mais conhecidos e respeitados advogados da Justiça do Trabalho. Segundo ele, a reitoria deveria buscar uma solução para o problema. Um medida imediata seria impedir que haja mais contratações precá-

rias. Isto estancaria o problema. Atualmente a USP tem cerca de 1900 docentes com contrato precário.

Segundo o especialista que recebeu em seu escritório Jair Borin e Marcos N. Magalhães, diretores da Adusp, pode caber também, no caso dos precários, uma denúncia junto ao Ministério Público. O professor prontificou-se a colaborar na busca de soluções para esses contratos e deverá analisar a proposta aprovada no plebis-



cito da Adusp em 1996, além de estudar outras alternativas.

Recurso por recontração chega ao CO

Está sendo analisada pela Comissão de Legislação e Recursos (CLR), para posterior encaminhamento ao Conselho Universitário (CO), a recontração em grau de recurso do docente Dawilson Lucato, professor-doutor da Escola de Engenharia de São Carlos. O professor Lucato foi contratado no início de 1974, e esteve em RDIDP até março de 1992. Nesse período iniciam-se diversas idas e vindas com decisões conflitantes entre Conselho do Departamento, Congregação e Cert. O resultado desse emaranhado, foi a prorrogação em RTP até outubro de 97 (exceto por quatro meses, entre 31/10/94 e 28/2/95, em que o contrato foi em RDIDP). Após essa data, seu contrato não foi renovado sequer no regime de tempo parcial. Assim, depois de mais de 23 anos de contrato precário na USP, o professor Dawilson está sendo mandado embora. Um recurso foi impetrado e está em vias de ser julgado pelo CO. A Adusp está acompanhando o caso e seus desdobramentos. Na análise preliminar do material disponível observamos uma densa presença do referido professor na área tecnológica de engenharia aeronáutica, tendo sido inclusive responsável pela implementação na Engenharia de São Carlos de uma nova especialidade no curso de graduação.

DEPOIMENTO

Situação insustentável

“A situação de 40% do corpo docente da USP, sob “contrato precário”, não é só irregular do ponto de vista jurídico e trabalhista. Essa situação, juridicamente insustentável, também conspira contra a qualidade acadêmica da universidade. Não vejo que a universidade do século XXI possa ser construída com base num regime trabalhista tão precário. A universidade pública mais importante do país não pode evidenciar um tal grau de vulnerabilidade. Vivemos momentos cruciais para a universidade pública no Brasil, nos quais a USP não pode aparecer nem ser um gigante com pés de barro.”

Carlos Guilherme S.S. da Mota, Professor Titular aposentado de História Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Matemática debate a questão

A Matemática reuniu dia 19 de outubro os chefes dos departamentos, diretor e vice do Instituto para um debate sobre a questão dos precários. Os chefes dos departamentos manifestaram suas posições em relação ao tema e disseram que o assunto nunca fora discutido em seus Conselhos. O diretor do IME disse concordar com a medida da reitoria em promover concursos para que docentes com mais de 15 anos de casa possam pleitear a efetivação e acrescentou que discordava de que docen-

tes com mais de 10 anos de trabalho na USP ainda fossem precários. O vice-diretor disse que, a exemplo do período probatório nos regimes de trabalho, 6 anos eram suficientes como tempo de experimentação, e que a partir daí os docentes deveriam se efetivar por concurso. Após as intervenções de docentes presentes ao encontro, solicitamos aos debatedores que pautassem essa discussão em seus colegiados, objetivando contribuir para o encaminhamento da questão nos órgãos centrais da universidade.

Caso Daniel

A Justiça arquivou o processo que trata da morte do garoto Daniel Pereira de Araújo, ocorrida na Raia Olímpica da USP há um ano. A família pede a reabertura das investigações. [Pág.4](#)

C&T

Os cortes para ajustar os gastos públicos podem paralisar as atividades científicas e tecnológicas no país. Um primeiro ato público em defesa da C&T foi promovido no Rio de Janeiro. Outros estão sendo agendados para novembro. [Pág. 3](#)

Cartas

América Latina

“Em relação à nota “O Banco Mundial e a reforma educacional”, publicada no informativo nº 40, gostaria de contribuir com algumas considerações sobre as conseqüências que teve a introdução do ensino pago no Chile, em particular na sua maior instituição, a Universidade do Chile. Essa instituição pública de ensino superior foi gratuita até 1982, data em que tornou-se paga. Esta mudança esteve longe de ser uma mera operação financeira. Ela teve conseqüências bastante serias tanto para a própria instituição como para seu corpo docente e para os estudantes.

“A lei publicada em 1980 e 1981 diminuiu o gasto fiscal em educação de 4.2% do Produto Geográfico Bruto (PGB) no período 1970/73 para 2.7% do PGB em 1989. A parcela dedicada a educação superior diminuiu, de 1% do PGB para aproximadamente 0.6% PGB [I. Lavados, “La educación superior en Chile” Estudios Sociales 72, 137-153, 1992]. Como resultado, as instituições públicas de ensino superior passaram a cobrar mensalidades e a priorizar as atividades de prestação de serviços geradoras de recursos.

“O resultado é que as universidades públicas estão passando atualmente por graves dificuldades financeiras. A Universidade do Chile está extremamente pobre, o que afeta as remunerações de docentes e funcionários e provoca adiamentos de despesas com aquisição de material bibliográfico e outros. Nas unidades de ciências exatas e de ciências humanas esta política de autofinanciamento tem sido desastrosas – essas áreas não dispõem de um “produto”

para vender. O governo não tem atendido os apelos feitos pelos reitores por mais recursos, argumentando que o estado já estaria repassando a porcentagem “recomendada” pelos organismos internacionais.

“A situação do corpo docente é desalentadora. Os vencimentos caíram muito, de forma que eles se veem obrigados a trabalhar fora para conseguir melhorar sua renda, prejudicando suas atividades de pesquisa. O mesmo conceito de “corpo docente” se vê prejudicado, pois os docentes deixam de ser tempo integral e os departamentos ficam esvaziados. Muitos docentes viraram “professores taxistas”, e seus alunos, desestimulados com essas perspectivas profissionais, vão embora.

“A introdução do ensino pago no Chile foi acompanhada de uma campanha onde repetiam-se os mesmos argumentos que tem aparecido na imprensa brasileira nos últimos tempos, de que na universidade pública há muitos estudantes “ricos” que podem pagar por seus estudos. O problema é que depois de implantado o ensino pago há um número considerável de estudantes “pobres” que não podem pagar por seus estudos”.

José Pedro Donoso, Professor Associado IFSC/USP

Vladimir Herzog

“Congratulações pela Menção Honrosa do Prêmio Vladimir Herzog obtido pela matéria “A USP nos arquivos do Dops”, de autoria da jornalista Beatriz Helena Bittencourt Vicentini Elias, publicada na Revista Adusp nº 13. Meus cumprimentos à jornalista e à equipe responsável por essa publicação”.

Jacques Marcovitch - reitor da USP

Simpósio discute ciência e educação no Brasil

Proposto para debater o papel da pesquisa básica e da educação no Brasil nesta época de globalização, o Simpósio Internacional “Ciência e Educação na História do Brasil” ganhou importância ainda maior diante dos cortes que estão sendo impostos à pesquisa pelo governo federal. O evento será realizado dias 4 e 5 de novembro, no Anfiteatro Abraão de Moraes – Instituto de Física.

O Simpósio estará discutindo este e outros assuntos, e tem como pano de fundo os trabalhos do professor José Leite Lopes, físico brasileiro de reconhecimento internacional e um mais ferrenhos críticos do governo Fernando Henrique na área da educação e da pesquisa. O professor Leite Lopes estará sendo homenageado pelos seus 80 anos na luta pelas causas humanitárias. Ele

fará Conferência Magna dia 5, às 17h00.

O programa do Simpósio prevê, ainda, a presença de Roberto Salmeron – École Polytechnique, Paris, dia 4, às 13h30; Flávio Fava de Moraes, secretário de C&T do estado de São Paulo, Francisco Romeu Landi, presidente da Fapesp, Adolpho José Melfi, vice-reitor da USP, Milton Santos, FFLCH/USP, Octavio Ianni, ICH/Unicamp, e Ricardo Ferreira, UFPE, dia 4, às 14h30; Cesar Lattes, dia 5, às 10h30; Aziz Ab'Saber, presidente de honra da SBPC, dia 5, às 13h30; e Carlos Henrique de Brito Cruz, Fapesp e IF/Unicamp, Eduardo Krieger, Academia Brasileira de Ciências, Júlio R. Katinsky, FAU/USP, Henrique Fleming, IF/USP, Michel Paty, CNRS-Paris, e Sérgio Ferreira, presidente da SBPC, dia 5, às 14h30.

Política sindical em debate

A Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp) encerra em novembro o I Ciclo de Debates sobre Trabalho, Política Sindical e Projeto Societário. Dois Seminários foram realizados em outubro, “Universidade e Movimento Docente em Tempos de Neoliberalismo” e “A Ação Política Contemporânea dos Trabalhadores”. Outros dois Seminários estão agendados para 5 e 11 de novembro.

O primeiro, avaliará “O Significado do Manifesto Comunista para a Ação Política dos Trabalhadores” e, o segundo, Transformações do Capitalismo Contemporâneo”. Do encontro marcado para dia 5, participam Ricardo Antunes, Edmundo Fernandes Dias e Sérgio Silva. Jorge Mattoso, Otaviano Canuto dos Santos Filho e Osvaldo Coggiolla, 1º vice-presidente da Adusp, encerram o Ciclo.

Atendimento Jurídico

Os sócios podem consultar o advogado sobre qualquer questão, seja ela de natureza administrativa, trabalhista ou mesmo pessoal. A consulta é gratuita. Marque seu horário, envie questões, sugestões e críticas, por telefone ou e-mail.

Plantões na Capital

Quartas-feiras, das 9h00 às 13h00

Telefones: 818-4465/818-4466/813-5573. Fax: 814-1715.

E-mail: juridico@adusp.org.br

Plantões em Ribeirão Preto

Segundas e quartas-feiras, das 10h00 às 12h00.

Telefones: (016) 633-7878 e 602-3520. Fax: (016) 633-8066.

E-mail: juridicorp@adusp.org.br

Ajuste imposto pelo FMI já afeta a educação

Os cortes anunciados pelo governo para ajustar os gastos públicos, imposição do FMI para socorrer o Brasil na atual crise econômica mundial, já atingiu as universidades federais e a pesquisa ligada à Capes e ao CNPq. O corte de verbas para a pesquisa vai afetar também os docentes das universidades estaduais, uma vez que não serão mais concedidas novas bolsas.

O Ministério da Educação e Cultura vai perder R\$ 809,7 milhões com os cortes. Já está havendo atraso em pagamento da Capes e bloqueio de 57% das verbas de custeio das universidades federais. Além disso, foram bloqueadas 46% das verbas arrecadadas diretamente por essas instituições, inclusive da taxa do vestibular.

A Andes (Sindicato nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior) distribuiu, dia 21 de outubro, Manifesto à Nação alertando a comunidade brasileira que o corte à pesquisa levará à paralisação da atividade científica e tecnológica no país. "Os professores

das Instituições de Ensino Superior são responsáveis por 95% da pesquisa brasileira", afirma o documento.

Subscrito por várias entidades científicas, foi divulgado, também no dia 21, manifesto alertando para a portaria do CNPq que, "na prática, encerra as atividades da agência". Segundo o manifesto, a portaria assinada pelo presidente do CNPq sinaliza a falência do financia-

mento público à C&T e escancara a completa ausência de prioridade do setor. O documento afirma que, a situação que se desenha para o financiamento público de C&T no Brasil anuncia a destruição desse patrimônio que não pertence ao governo, que não nos pertence, mas sim aos que virão.



Ato em defesa da ciência

Um ato público em defesa da ciência no país, promovido, dia 22 de outubro, pela SBPC, sua secretaria regional do Rio de Janeiro, e por 36 sociedades científicas, reuniu mais de 300 pessoas no auditório do antigo prédio do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em Botafogo, no Rio de Janeiro.

Os trabalhos foram conduzidos por uma mesa composta pelo presidente da SBPC, Sérgio Ferreira (foto), pelo secretário regional da SBPC/RJ, Adauto Araújo, pe-

lo vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências, Ricardo Gatass, e pelo físico Mário Novelo, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

O encontro aprovou a elaboração de dois documentos: um Manifesto à Nação e um Manifesto aos Cientistas do mundo inteiro, relatando o processo de desmantelamento das atividades científicas brasileiras que se assiste hoje, em consequência da política econômica e financeira do governo federal.

O objetivo é revelar a amplos setores da sociedade civil brasileira, e seus representantes nos mais variados níveis, os perversos efeitos do cancelamento de programas e instituições essenciais para o desenvolvimento econômico, social e cultural de toda a população de um país atrasado e carente como o nosso. A denúncia do atual quadro brasileiro na área de C&T aos cientistas do mundo inteiro seria destinada a mostrar a outra face do presidente FHC, ex-membro da comunidade científica e acadêmica do país, cujo governo está, na opinião dos pesquisadores, destruindo as bases da ciência no Brasil. Proposta neste sentido, apresentada pelo físico José Leite Lopes, foi aprovada com aplausos prolongados. Para Leite Lopes, mais do que nunca é preciso revelar a opinião pública mundial a desintegração das Universidades e Institutos de Pesquisa efetuada



Ronaldo Entler/Andes

por um governante que já foi pesquisador e professor universitário. A elaboração dos documentos, aprovados em princípio pelo encontro, ficou a cargo do fórum de sociedades científicas, coordenado pela SBPC.

O fórum deve trabalhar com base nos vários manifestos e pronunciamentos já conhecidos e os a conhecer, visto que outras reuniões e assembleias em outras partes do país estão sendo realizadas. Os documentos devem contar os pontos em torno dos quais se verifique claro consenso.

A secretaria regional da SBPC/RJ, por sua vez, continuará promovendo reuniões e encontros, tendo em vista manter mobilização permanente da comunidade científica no Rio diante das ameaças extremamente graves que pendem sobre as instituições federais de pesquisa existentes no estado.

(SBPC online)

Resumo do Relatório da Tesouraria - Setembro/98

1. Receitas		
1.1.1. Contribuição Sócios	R\$	80.815,33
1.1.2. Repasse Andes-SN	R\$	16.225,62
Contribuição Líquida	R\$	64.589,71
1.2. Rendimentos Fundo de Reserva Estatutário	R\$	11.948,75
1.3. Rendimentos Outras Aplicações	R\$	1.534,93
1.4. Outras receitas variáveis	R\$	4.331,23
Disponível	R\$	82.702,46
2. Despesas		
2.1. Pessoal/Encargos Sociais/13º/Férias	R\$	32.190,21
2.2. Assessorias	R\$	2.761,74
2.3. Comunicação	R\$	14.346,59
2.4. Eventos	R\$	5.726,46
2.5. Manutenção da Sede	R\$	6.722,40
2.6. Taxas e Tarifas Bancárias	R\$	796,35
2.7. Outros	R\$	1.636,29
Total Despesas	R\$	64.180,04
3. Ativo Financeiro		
3.1. Fundo de Reserva Estatutário	R\$	827.929,52
3.2. Outras Aplicações	R\$	135.117,00
3.3. Conta-corrente	R\$	3.288,08
3.4. Caixa Secretária	R\$	395,42
Saldo Global de Setembro	R\$	988.786,17
Saldo Global de Agosto	R\$	970.263,75

Justiça arquiva caso Daniel

Família não se conforma e vai pedir a reabertura das investigações

A promotora Heloísa de Souza Arruda, do 5º Tribunal do Júri de Pinheiros, pediu o arquivamento do processo que trata da morte do garoto Daniel Pereira da Araújo (*foto ao lado*), ocorrida na Raia Olímpica da USP, em 2 de novembro do ano passado. Ela adotou este procedimento alegando “não ter recursos nem mais indícios para continuar investigando”. O inquérito, que foi enviado pelo 93º Distrito Policial (bairro do Jaguaré) ao 5º Tribunal do Júri, não identificou quem foi o perseguidor de Daniel, mas indiciou um segurança como agressor de seis das oito crianças que nadavam com o menino na Raia. Consta no inquérito, fundamentado no laudo do IML, que Daniel morreu em decorrência de afogamento.

Segundo a irmã do garoto, Denilza Pereira de Araújo, os parentes vão pedir a reabertura do caso. O advogado da família de Daniel, Luiz de Paula Santos, afirmou que vai entrar com um pedido no 5º Tribunal do Júri para que o juiz devolva o processo ao 93º DP. Caso ele seja aceito, a delegacia terá de reiniciar as investigações. Segundo o advogado Luiz de Paula, as investigações não foram feitas com profundidade.

USP

A reitoria da Universidade de São Paulo, diante das manifestações de várias entidades, inclusive da Adusp, criou duas comissões para investigar o caso Daniel. A Comissão de Sindicância, da qual participaram Luiz Carlos Roque, então funcionário da universidade, João Batista Borges Pereira, ex-diretor da FFLCH, e uma representante do Conselho Jurídico da USP, foi instalada para levantar pistas e elementos comprobatórios que seriam usados

num possível processo administrativo contra os culpados.

A comissão, entretanto, não se limitou a esta tarefa e propôs também uma série de medidas que, para o professor João Batista Borges, podem evitar que fatos semelhantes voltem a ocorrer na universidade. Ele disse ainda, que os resultados estão na reitoria e cabe ao reitor a divulgação das conclusões. Luiz Carlos Roque, disse, no entanto, que esta comissão ouviu todas as testemunhas, mas não chegou a nenhuma conclusão sobre os culpados. Ele acredita que isso aconteceu porque faltaram poderes à comissão como, por exemplo, o de confrontar suspeitos e testemunhas.

A Comissão dos Notáveis, como foi chamado o segundo grupo que investigou o caso Daniel, era composta pelos docentes Paulo Sérgio Pinheiro, do Núcleo de Estudos da Violência, Fábio Konder Comparato e Ivete Senize, ambos da Faculdade de



Arquivo da família

Direito da USP. Eles também alegam que a divulgação do resultado da comissão só cabe à reitoria.

A Assessoria de Imprensa da reitoria informou que os relatórios das comissões só poderiam ser divulgados mediante autorização expressa do reitor Jacques Marcovitch, que estava em viagem pelo nordeste do país. Até o fechamento desta edição, apesar de o reitor já se encontrar em São Paulo, os relatórios não haviam sido entregues à Adusp.

Para entender

Em 2 de novembro de 1997, Daniel e mais oito amigos da Favela São Remo pularam as cercas da Raia Olímpica da USP para nadar. Os garotos foram surpreendidos por dois seguranças da USP, que os obrigaram a sair da água. Um dos seguranças, que estava de moto, saiu em perseguição a Daniel. O outro ficou com os oito meninos restantes e agrediu seis deles com uma vara de bambu. Depois de sair da Raia, alguns meninos voltaram ao local para buscar suas roupas e foram novamente agredidos pelo segurança. Neste momento não viram mais Daniel nem outro segurança. O corpo do garoto foi encontrado na madrugada do dia 5 de novembro, boiando na Raia. Laudo do IML indica que o garoto morreu afogado.

Polícia investiga incidente no HU

Às 8h43 do dia 22 de outubro, o cidadão de rua identificado como Cláudio Francisco de Oliveira deu entrada no Pronto Socorro (PS) do Hospital Universitário da USP (HU). Lá, o paciente foi reidratado, alimentado e dispensado.

Às 6h30 do dia 23, Cláudio foi localizado por Maria dos Santos, funcionária da odontologia, caído na grama próximo à guarita principal do Hospital Universitário. “Pedia água e uma cadeira de rodas”, afirma Maria dos Santos. Ela solicitou socorro ao vigilante José Aparecido, da Suporte Segurança, e ele informou o ocorrido a seus superiores, conforme confirmou mais tarde, ainda durante o seu plantão. Somente por volta das

12h00 daquela sexta-feira, 23, Cláudio foi levado por populares ao Hospital Universitário. No PS, foi novamente reidratado, alimentado e, desta vez, transferido pelo Serviço Social do HU para o hospital D. Pedro II, no centro da cidade.

Para apurar o que ocorreu a Cláudio Francisco de Oliveira entre os dias 22 e 23 de outubro, o delegado plantonista do 93º Distrito Policial registrou uma ocorrência de “averiguação”. Ele arrolou várias testemunhas e o caso deve começar a ser in-



Diego Assis/Jornal do Campus

Cláudio quando era atendido no PS do HU

vestigado ainda esta semana.

Segundo a Assessoria de Imprensa da USP, nas duas internações o paciente apresentava um quadro de desidratação aliado à falta de alimentação. Segundo foi apurado, a providência de encaminhá-lo ao hospital D. Pedro II somente foi adotada pelo HU após do caso chegar ao conhecimento da imprensa.